

JCC.COM

Information and Communication Technology (ICT) Economics at your disposal

jccavalcanti.wordpress.com

DEMOCRACIA DELIBERATIVA



Democracia Deliberativa é um termo usado para referir a qualquer sistema de decisão política baseado num balanço ponderado entre uma tomada de decisão consensual e a democracia representativa. Ao contrário da tradicional Teoria da Democracia, que enfatiza o sistema do voto como a instituição central na Democracia, a Democracia Deliberativa argumenta que um processo legítimo de produção de leis só pode emergir de uma deliberação pública da cidadania.

Projeto Gráfico

Amanda Costa Silva

Apresentação



Esta é uma primeira série de artigos que este blog passa a publicar para o interesse público. A idéia é compilar artigos que estão sendo divulgados em diversas mídias, mas que representem um conhecimento novo sobre um determinado tema.

Nesta primeira série escolhemos o tema da **Democracia Deliberativa**, que é um conceito ainda pouco conhecido pela maioria da população, mas que vem recebendo grande atenção por parte da academia e de profissionais preocupados com o futuro da Democracia no mundo. Esperamos que gostem desta série!

José Carlos Cavalcanti

A Democracia Deliberativa



Neste exato momento estou aprofundando meu conhecimento neste novo e interessante conceito que é o de **Democracia Deliberativa**. Para aqueles que desejam partir de algum ponto de referência, sugiro uma olhada no Wikipedia.

Confesso que estou abismado com a distância que estou encontrando entre, de um lado, os trabalhos (teóricos e práticos) que estão sendo desenvolvidos no mundo acerca deste conceito, e de sua vinculação com os novos movimentos sociais que estão ocorrendo no mundo contemporâneo (movimentos ecológicos, ongs, levantes populares, organizações pacifistas, feministas, de defesa de animais, de paz, etc), e de outro, aqueles em andamento no Brasil. Mas isto não deve ser entendido como um problema, e sim uma oportunidade para a expansão deste inovador conceito na nossa ainda frágil democracia brasileira.

Procurando o conceito nos domínios dos trabalhos acadêmicos e profissionais brasileiros, encontrei inicialmente uma referência de 2001, na Revista Brasileira de Ciências Sociais, que foi feita pelo Prof. Luis Felipe Miguel, do Depto. de Ciência Política da Universidade de Brasília-UNB, intitulada “Promessas e limites da democracia deliberativa“. O texto é apenas um “book review” (uma crítica literária) do livro **“Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations”**, de John S. Dryzek, editado pela Oxford University Press, no ano 2000. Confesso que considerei a crítica um tanto quanto ácida !

Prosseguindo a investigação, descobri numa varredura rápida de alguns textos dispersos, uma interessante tese de doutorado da Profa. Ligia Helena Hahn Luchmann, da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulada “Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre”, cujo primeiro capítulo (publicado em 2002).

Dado o seu caráter de tese de doutorado, é um texto que se destaca fortemente dos demais que andei investigando, que são meros reprodutores das idéias centrais dos proponentes do conceito da Democracia Deliberativa, ou procuram fazer críticas ora sem fundamentação ora sem evidência substantiva.

Uma iniciativa que se me mostrou interessante é aquela promovida pelo Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo - USP, encontrada no site <http://decisaopublica.com.br> . Ela corresponde a um experimento de Democracia Deliberativa a ser realizado com cidadãos da cidade de São Paulo.



Do pouco, mas expressivo conteúdo que li, gostaria de reproduzir aqui o entendimento que a Profa. Luchman nos dá do conceito de Democracia Deliberativa:

” a democracia deliberativa constitui-se como um modelo ou ideal de justificação do exercício do poder político pautado no debate público entre cidadãos livres e em condições iguais de participação. Diferente da democracia representativa, caracterizada por conferir a legitimidade do processo decisório ao resultado eleitoral, a democracia deliberativa advoga que a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem-comum, conferem um reordenamento na lógica de poder tradicional” .

Espero que mais brasileiros, cansados desta nossa curta e frágil democracia, que apesar de necessária do ponto de vista político, não tem sido suficiente para servir como uma ferramenta social e política mais eficaz na tomada de decisões das questões públicas neste país, apercebam-se do potencial emancipatório deste conceito da Democracia Deliberativa !

Referências:

Wikipedia - http://en.wikipedia.org/wiki/Deliberative_democracy

Promessas e limites da democracia deliberativa - http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000200011

Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do Orçamento Participativo de Porto Alegre - http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos_PPGSP_33.pdf

Iniciativa promovida pelo Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo - USP - <http://decisaopublica.com.br/>

Democracia Deliberativa e Tecnologia



Você sabe o que é **Democracia Deliberativa**? Você sabe o que ela tem a ver com **Tecnologia**? Pois bem, neste artigo, e em alguns próximos, estaremos tratando destes temas que são importantes, complexos e tão atuais.

Para começar, Democracia Deliberativa é um novo entendimento do conceito de democracia que vem ganhando densidade teórica e legitimidade prática, principalmente nos países cujas sociedades vivenciaram diferentes experiências de modelo social e político, e que já avançaram muito em termos de educação e bem-estar de seus povos. Ela está intimamente relacionada à Tecnologia, uma vez que esta está proporcionando àquela, em escala e complexidade jamais vistos, algo que é muito caro aos processos democráticos legítimos: uma maior, e melhor, combinação entre representação política e participação e deliberação popular.

A emergência da Democracia Deliberativa está associada aos problemas encontrados no *método representativo* das sociedades democráticas contemporâneas, a saber: 1) a natureza dos laços que unem representados e representantes; 2) a capacidade de os primeiros vocalizarem suas preferências perante os segundos e fiscalizarem e monitorarem suas ações e omissões; 3) e a vontade e a capacidade de os segundos efetivamente agirem em nome dos cidadãos e na defesa de seus melhores interesses (quem estiver interessado em se aprofundar nesta questão num excelente livro, intitulado “**Reforma Política no Brasil**”, publicado em 2006, é só baixar o arquivo digital do mesmo no site que consta nas referências).

Olhando especificamente estes problemas para o caso do Brasil, temos que nos remeter à Constituição de 1988. No seu desenho mais geral, esta Constituição propôs uma combinação entre *formas de representação e formas de participação*. Dentre as formas de participação duas se destacam: a) uma primeira, a participação direta através da expressão da soberania por meio de plebiscitos, referendo e iniciativas populares; b) uma segunda, centrada no nível local, proliferou como decorrência da incorporação da participação exigida por alguns capítulos de políticas sociais, tais como seguridade social e reforma urbana.

No que diz respeito aos mecanismos de participação direta, em especial, o plebiscito, o referendunum e a iniciativa popular de lei, estas não foram as formas de participação ampliada mais utilizadas no Brasil democrático. Em relação à segunda forma de participação, desde 1988 as instituições participativas que se multiplicaram no Brasil democrático foram os conselhos de políticas e os orçamentos participativos. No entanto, essas formas locais de participação não têm

Democracia Deliberativa e Tecnologia



se articulado bem com os legislativos locais, que têm sido, via de regra, postos em um segundo plano na sua capacidade decisória. O que se pode resumir brevemente destes experimentos de **Democracia Participativa** no Brasil, é que alguma coisa parece não estar funcionando com os mecanismos que foram adotados desde a Constituição de 1988.

Neste sentido, vamos argumentar neste espaço que uma das razões pelas quais tais experimentos de Democracia Participativa não estarem dando os resultados desejados (aqui no Brasil e em outros países), reside no fato de que tais experimentos não têm feito uso adequado de ferramentas de tecnologias de informação e comunicação compatíveis com as necessidades de *deliberação* exigidas nos próprios processos participativos. **Deliberação** é um enfoque para a tomada de decisão em que os cidadãos consideram fatos relevantes a partir de múltiplos pontos de vista, conversam uns com os outros para pensarem criticamente sobre opiniões diante deles, de modo a ampliarem suas perspectivas, opiniões e entendimentos. Logo, defenderemos que, para sermos mais eficientes e equânimes nos processos decisórios, marcadamente de natureza política, temos que alargar o horizonte de uma **Democracia Deliberativa** empregando as mais modernas tecnologias facilitadoras já existentes no nosso mundo contemporâneo!

Referências:

Para baixar o arquivo digital do livro “Reforma Política no Brasil” - <http://www.democraciaparticipativa.org/>

Democracia Deliberativa: o futuro da História!



Dois desenvolvimentos convergentes parecem estar destinados a ter um forte efeito no futuro da Democracia, como tratado no livro “**Bowling Together: Online Public Engagement in Policy Deliberation**” (Jogando Boliche Juntos: Engajamento Público On-line na Deliberação de Políticas), de Stephen Coleman e John Gotze, de 2001. Este livro é uma tentativa de resposta ao famoso livro “**Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community**” (Jogando Boliche Sozinho: o Colapso e o Renascimento da Comunidade Americana), escrito em 2.000 pelo cientista político Robert Putnam, que argumentou sobre a queda do engajamento político americano, e desenvolveu sua teoria do capital social.

Primeiramente, há um crescente reconhecimento da parte de muitas democracias desenvolvidas que novas relações entre cidadãos e instituições de governança devem emergir, se uma crise de legitimidade democrática e accountability (termo sem tradução direta para o português, mas que pode ser entendido como prestar contas a) precisar ser evitada. À medida que os cidadãos se tornaram menos deferenciais e dependentes, e mais consumistas e voláteis, velhos estilos de representação passaram a sofrer pressões para mudar. Há uma generalizada desavença entre representantes e aqueles que eles representam, manifestada em quase todos os países do ocidente pela queda do número dos que comparecem às urnas; pelos baixos níveis de participação na vida cívica, cinismo público em relação às instituições políticas e partidos; e um colapso na antes forte lealdade política e acessórios.

O segundo reformador da Democracia tem sido o crescimento da importância das tecnologias de informação e comunicação (TIC's). Elas oferecem uma possibilidade de um novo ambiente para comunicação pública que é interativa, relativamente barata para acessar, sem limites de tempo e distância, e inclusiva. Do mesmo modo que as TIC's tiveram profundos efeitos nos modos como as pessoas trabalham, fazem compras, manejam suas finanças, encontram notícias e se comunicam com amigos e familiares, elas estão estabelecendo novos canais para conectar cidadãos às até então remotas instituições de governança.

O livro também aponta para pelo menos quatro modelos de como estes dois desenvolvimentos convergentes têm se manifestado. Primeiro, há a noção de democracia direta ou plebiscitária (que os autores rejeitam, principalmente pela evidência existente de que o suporte a este modelo é correlacionado positivamente com insatisfação com as instituições da democracia representativa). Segundo, existem as comunidades on-line (que são de natureza não-estatais), mas que podem ser

Democracia Deliberativa: o futuro da História!



encontradas novas maneiras de como comunidades possam vir a se envolver no processo de produção de políticas públicas. Terceiro, os governos estão crescentemente aumentando o uso de técnicas on-line como um meio de aferir a opinião pública. E por último, e que é a preocupação principal do livro, está o mais difícil de gerar e sustentar: o engajamento público on-line na **deliberação** de políticas. Ou seja, uma ênfase no elemento deliberativo no seio da Democracia. E isto tem pouco a ver com inovações tecnológicas e muito mais com um novo pensamento sobre como enriquecer o processo democrático.

E é exatamente nisso que acreditam os democratas deliberativos. Para eles a essência da legitimidade democrática é a **capacidade daqueles afetados por uma decisão coletiva poderem deliberar sobre a produção desta decisão**. E isso é válido tanto para a decisão de se uma praça deve ter um determinado destino, se uma via deve ser ampliada, se o piso de uma calçada pública deva ser mudado, que são questões de natureza local, quanto para a decisão de se a maioria penal de uma sociedade deva ser reduzida, se uma crise do transporte aéreo de um país deva ser discutida no meio de um processo de reforma ministerial, ou se uma televisão nova deva ser criada por um governo num país com tantas carências em áreas sociais importantes, questões estas de âmbito eminentemente nacional, ou, finalmente, para questões como a invasão a uma nação soberana, ou o aquecimento global, de caráter global.

Nossa convicção, e à qual o mundo democrático desenvolvido está chegando, é que a **Democracia Deliberativa** parece apontar para o futuro da História!

Ouvindo o outro lado: Democracia Deliberativa versus Democracia Participativa



Nos dias 04 e 25 de fevereiro deste ano um dos mais respeitados e brilhantes nomes da economia brasileira, André Lara Resende, um dos autores do Plano Cruzado e do Plano Real, escreveu dois artigos para o jornal Estado de São Paulo, respectivamente, "**O atravessador da vida pública**", e "**A desintegração da vida pública**" (para o leitor interessado, indicamos nas referências o endereço onde se pode baixar os dois artigos).

São artigos contundentes, não somente pelo conteúdo, mas também pelo desabafo de uma das maiores cabeças pensantes que este país já produziu. Reproduzo aqui um trecho do primeiro artigo:

"Uma observação que resume o dilema de hoje. Nunca houve tão profunda e generalizada desconfiança dos homens públicos. Desconfiança que não é dirigida a alguns políticos específicos, aos políticos que hoje compõem o Legislativo ou aos que estão no Executivo, mas sim aos políticos em geral, aos políticos de hoje e aos políticos de amanhã, a todos que ocupam cargos públicos. A política está desvalorizada. Desacreditada, a vida pública perdeu importância, capacidade de atrair e de mobilizar. Trata-se de uma constatação difícil de ser contestada. Os políticos são vistos com uma enorme desconfiança. A motivação dos que optam pela vida pública questionada. A forma como os políticos, os homens públicos em geral, são percebidos é a pior possível. Espertalhões, senão flagrantemente desonestos, idiotas que se deixam levar por uma vaidade anacrônica. O gosto do poder pelo poder, a vaidade ou, cada vez mais, interesses definitivamente escusos, acredita-se, seriam as verdadeiras forças motrizes da opção pela política."

O inconformismo de André Lara Resende vai ao ponto até, no segundo artigo, de propor a seguinte medida para melhorar o Brasil, caso fosse perguntado: "*eu proibiria a propaganda eleitoral*".

Não restam dúvidas que, no Brasil de hoje, uma grande parcela da população tende a ter um sentimento semelhante a este do economista André Lara Resende (o descalabro, e o hiato de autoridade com o apagão aéreo, que já dura mais de seis meses, é apenas um dos exemplos que concorrem para esta visão). Mas se ficarmos neste diagnóstico paralisante, não iremos a lugar algum. Sabemos, como já afirmamos em artigos anteriores neste blog, que o modelo de representação nas democracias contemporâneas está em crise.

Ouvindo o outro lado: Democracia Deliberativa versus Democracia Participativa



Vamos então, recolher algo de significativo dos artigos citados, que é a reflexão sobre a vida pública. Neste sentido, trazemos ao leitor um interessante livro que trata de um aspecto da vida pública nos Estados Unidos. O livro se intitula "**Hearing the other side: Deliberative versus participatory democracy**" (cuja tradução é o título do nosso artigo de hoje), escrito por Diana Mutz, em 2006. Municiada por vários dados, a autora aponta que a maioria dos cidadãos dos EUA não tem um parceiro de conversa regular, que, confiavelmente, vota ou pensa sobre política diferentemente do que eles fazem. De fato, a maioria deles nem sabe nomear quatro pessoas com as quais elas regularmente discutem política, quem dirá discordar.

Ela aponta ainda que fatores como educação, afluência módica, e outros marcadores de privilégio, são alguns dos indicadores que tornam estas pessoas em aquelas menos prováveis de terem uma rede de relacionamento antagônico em matéria de política. Aqueles que são politicamente ativos e têm redes maiores e mais densas são aqueles que menos experimentaram diversidade nas suas conversações política.

No seu livro Diana Mutz ilustra o contraste entre os dois mais populares modelos de democracia: a democracia participativa e a democracia deliberativa. O modelo participativo promove ação política, filiação partidária, e participação em movimentos sociais, todos os quais dependem de cidadãos "com mesma empatia" (na ausência de um termo mais adequado) que encontram causas comuns e assumem lutas contra um mar de dificuldades. O modelo deliberativo, em contraste, busca trazer pessoas com diferentes valores, aspirações, e pontos de vista, para estarem juntas até elas pelo menos concordarem em discordar, se não encontrarem o difuso "desejo público". Ao observar as estruturas conectivas que unem uma sociedade rica em capital social, Diana Mutz percebe que estas existem mais particularmente quando as pessoas têm opiniões e experiências semelhantes. As redes cruzadas (aquelas de opiniões diferentes), em contraste, promovem ambivalência e reduzem a probabilidade de forte e consistente pressão social para tomada de ação. Mutz mostra que as redes cruzadas ajudam as pessoas a entender as razões por trás dos pontos de vista dos outros e promove a tolerância. Aqueles com orientação civil para o conflito e uma habilidade de pegar uma perspectiva bem desenvolvida são os que extraem melhores benefícios de tais discordâncias políticas.

O livro está repleto de nuances desta faceta da vida pública nos tempos de hoje. Vale a pena conferir. Ele está sub-dividido em cinco capítulos: 1) Ouvindo o Outro Lado: em Teoria e na Prática; 2)

Ouvindo o outro lado: Democracia Deliberativa versus Democracia Participativa



Encontrando Companhia Política Mista: Com Quem e em Que Contexto?; 3) Os Benefícios de Ouvir o Outro Lado; 4) O Lado Obscuro da Companhia Política Mista; 5) O Cidadão Social.

Observando livros como este, alguns podem chegar à conclusão que o pessimismo de André Lara Resende acima exposto tenha um sentido. No entanto, outros podem também concluir que é necessário experimentar caminhos alternativos de inserção democrática (em complemento ao modelo representativo, que pode também ser melhorado), não se iludindo com experiências ditas participativas (as mais conhecidas são os tais "orçamentos participativos"), que podem apenas estar representando a participação daqueles que pertencem à mesma "tribo, ou galera", como preferem os jovens da atualidade.

Referências:

Endereço no qual se pode baixar os artigos "O atravessador da vida pública", e "A desintegração da vida pública" - <http://www.iepecdg.com/>

jccavalcanti.wordpress.com

JCC.COM

Information and Communication Technology (ICT) Economics at your disposal